



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS –UFAL
CAMPUS ARAPIRACA
GEOGRAFIA - LICENCIATURA - EaD

LIVIA THAYSA SANTOS DE ALBUQUERQUE GAMA

**O CAMPESINATO DO (NO) POVOADO SERROTE GRANDE, CRAÍBAS/AL:
MODO DE VIDA E PRODUÇÃO**

ARAPIRACA

2020

Livia Thaysa Santos de Albuquerque Gama

O campesinato do (no) Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL:
modo de vida e produção

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia EaD da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, *Campus* Arapiraca, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos

Arapiraca

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Biblioteca *Campus* de Arapiraca - BCA

Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Gerlane Costa Silva de Farias CRB4/1802

G184c

Gama, Livia Thaysa Santos de Albuquerque

O campesinato do (no) Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL: modo de vida e produção/ Livia Thaysa Santos de Albuquerque Gama. – 2020.

33 f.: il.

Orientador: Cirlene Jeane Santos e Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Alagoas. Licenciatura em Geografia, Arapiraca, 2020.

Bibliografia: f. 32-33

1. Campesinato 2. Trabalhadores rurais 3. Comunidades agrícolas 4. Camponeses I. Título

CDU 631.5

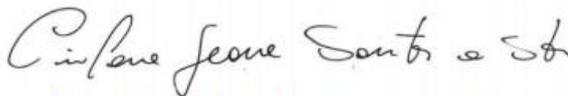
Livia Thaysa Santos de Albuquerque Gama

O campesinato do (no) Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL:
modo de vida e produção

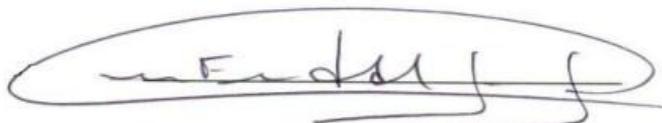
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia EaD da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, *Campus Arapiraca*, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em Geografia.

Data de Aprovação: 18 / 05/2020.

Banca Examinadora



Profa. Dra. Cirlene Jeane Santos e Santos
Universidade Federal de Alagoas
IGDEMA – Campus A. C. Simões
(Orientadora)



Prof. Dr. Cícero Ferreira de Albuquerque
Universidade Federal de Alagoas
CECA – Campus A. C. Simões
(Examinador)



Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto
Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG
ICN – Instituto de Ciências da Natureza
(Examinador)

O CAMPESINATO DO (NO) POVOADO SERROTE GRANDE, CRAÍBAS/AL: MODO DE VIDA E PRODUÇÃO

THE PEASANTRY OF (IN) SERROTE GRANDE VILLAGE, CRAÍBAS / AL: WAY OF LIFE AND PRODUCTION

Livia Thaysa Santos de Albuquerque Gama¹
Cirlene Jeane Santos e Santos²

Resumo: O trabalho ora apresentado discorrerá sobre o campesinato no povoado Serrote Grande, situado no município de Craíbas, interior do estado de Alagoas. Nesse sentido, serão levados em consideração os elementos estruturais do campesinato, e da produção camponesa. Logo, serão discutidos o trabalho familiar como elemento central no modo de vida camponês, a contratação de trabalhadores temporários, a produção, comercialização e renda no campesinato. Este estudo objetiva explorar sobre a produção do espaço geográfico do povoado que será *lócus* da pesquisa, analisando o modo de vida e as relações de produção existentes em cada unidade produtiva, a fim de compreender a dinâmica entre o trabalho familiar e a contratação de trabalhadores temporários. A metodologia utilizada está relacionada a pesquisa bibliográfica, tendo como principal referência Abramovay (1998); Bombardi (2004); Oliveira (1997, 2009); Santos (1978, 1981); Woortmann (1990, 2009), pesquisa de campo a partir de visita técnica exploratória com aplicação de questionários e entrevistas e construção de acervo iconográfico. Como resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, constatou-se que o povoado Serrote Grande trata-se de uma comunidade camponesa, por apresentar em sua estrutura as características universais do campesinato, como por exemplo, a unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família; uso intensivo do trabalho; natureza patriarcal da organização social; a família camponesa capitalismo/socialismo, oferta de produtos agropecuários abaixo de grandes empresas.

Palavras-chave: Campesinato. Comunidade. Trabalho. Ruralidade. Geografia.

Abstract: The work presented here will discuss the peasantry in the town of Serrote Grande, located in the municipality of Craíbas, in the state of Alagoas. In this sense, the structural elements of the peasantry and peasant production will be taken into account. Therefore, family work as a central element in the peasant way of life, the hiring of temporary workers, production, commercialization and income in the peasantry will be discussed. This study aims to explore the production of the geographic space of the village that will be the locus of the research, analyzing the way of life and the relations of production existing in each productive unit, in order to understand the dynamics between the family work and the hiring of temporary workers. The methodology used is related to bibliographical research, having as main reference Abramovay (1998); Bombardi (2004); Oliveira (1997, 2009); Santos (1978, 1981); Woortmann (1990, 2009), field research from an exploratory technical visit with application of questionnaires and interviews and construction of an iconographic collection. As results obtained through the field research, it was verified that the town of Serrote Grande is a peasant community, because it presents the universal characteristics of the peasantry, such as the indissoluble unity between the agricultural enterprise and the family; intensive use of labor; patriarchal nature of social organization; the peasant family capitalism / socialism,

¹ Graduanda em Licenciatura em Geografia EaD pela Universidade Federal de Alagoas – Polo de Arapiraca. E-mail: liviathaysasagama@gmail.com

²Graduada, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP. E-mail: cirlene@igdema.ufal.br

supply of agricultural products below large companies.

Keywords: Peasantry. Community. Job. Rurality. Geography.

1 INTRODUÇÃO

A discussão aqui posta refere-se a uma análise sobre o campesinato no Povoado Serrote Grande, situado na zona rural do município de Craíbas, localizado no agreste alagoano. O campesinato é considerado um modo de vida e produção tradicional, logo, estar relacionado à maneira pela qual o camponês estabelece relação com a terra, buscando estratégias de sobrevivência que sua permanência no campo.

Esse estudo tem como objetivo geral explorar sobre a produção do espaço rural da comunidade, analisando o campesinato como modo de vida, bem como as relações de produção e o desenvolvimento da produção camponesa do Povoado Serrote Grande. Os objetivos específicos pautam-se em analisar as relações de produção estabelecidas pelos camponeses, no intuito de entender a dinâmica de trabalho entre mão de obra familiar e a contratação de trabalhadores temporários; além de investigar como se dá a produção dos camponeses da região pretendendo-se compreender como ocorre o escoamento da mesma e às formas de comercialização; e por fim descrever o modo de vida do Povoado Serrote Grande, evidenciando suas especificidades.

A pesquisa ora apresentada teve início em meados de 2015, com estudos relacionados às questões do campo e desenvolvimento da agricultura de subsistência no Povoado, bem como construção de acervo iconográfico. Logo, este trabalho refere-se à pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, utilizando como métodos, revisão bibliográfica, através da leitura de livros impressos e digitais, artigos e revistas científicas; visita técnica exploratória a comunidade, a fim de observar a localização e como ocorre produção do espaço geográfico e nesse contexto trabalhar na elaboração da metodologia específica para a obtenção de dados.

Nesse sentido, foram visitadas e realizadas entrevistas e aplicados questionários a 104 famílias, de um total de 168 sendo o número de habitantes correspondente a 634 hab. Para a realização das entrevistas e questionários, como método de amostragem, utilizou-se da Amostragem Aleatória Simples (M. A. S.), neste todos os elementos tem a mesma probabilidade de serem utilizados para a amostra. Nesse sentido, a estimativa prevista nesta pesquisa é que a margem de erro seja de 5%, sendo o nível de confiabilidade de 90% aproximadamente.

Este estudo foi iniciado com reflexões teóricas sobre o campesinato em escala global, onde serão dispostas as características principais que fazem com que se compreenda o Povoado em questão, cuja entrada e vista podem ser observadas a partir das figuras 1 e 2, como uma comunidade campesina.

Figura 1 - Entrada do Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2018).

Figura 2 - Vista do Povoado a partir da “Serrinha do Serrote” – Craíbas/AL.



Fonte: A autora (2018).

As relações de produção neste Povoado também serão objeto de estudo deste trabalho, considerando que no campesinato os tipos de relações estabelecidas podem ser distribuídos de forma diferenciada tanto no campo, quanto no seio familiar. Dessa maneira, sendo o trabalho familiar elemento central deste modo de vida, será destacada sua importância, evidenciando também a contratação de trabalhadores temporários, apresentando a produção camponesa da comunidade, perpassando desde processo produtivo, à comercialização e renda.

As singularidades no campesinato são muitas, no entanto, cabe destacar a importância de discutir sobre estas de forma individual, respeitando e evidenciando suas características próprias. É nesse contexto que se afirma a relevância deste trabalho, tendo em vista que ele visa apresentar elementos singulares deste segmento vivenciado no Povoado Serrote Grande, a exemplo da presença forte do trabalho familiar, bem como o patriarcado, regime de propriedade de terra, religiosidade, práticas de ajuda mútua, criação de animais, produção camponesa para comercialização e para autoconsumo, entre outros. Portanto, refletir e discutir sobre esse modo de vida é fundamental, por representar uma temática atual, no sentido que atende as demandas dos camponeses.

2 DISCUTINDO O CAMPESINATO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O campesinato pode ser entendido como modo de vida e produção do camponês, logo, a forma pela qual este mantém relação com a terra, torna-se característica elementar para o seu entendimento. De acordo com Silva e Inácio (2012, p. 7) “[...] a terra torna-se fundamental, haja vista ser ela a fonte de reprodução da própria condição camponesa”. Assim, ainda conforme Silva e Inácio (2012, p. 12) “[...] a terra, seu espaço de produção, trabalho e de vida, [...] tem no ser camponês [...] não apenas a ética e a identidade camponesa, mas também a cumplicidade e afetividade entre as famílias de uma comunidade rural tradicional [...]”.

O modo de vida camponês caracteriza-se por representar um forte vínculo entre o agricultor e a terra, além de que neste segmento o homem do campo possui autonomia para seguir a vida à sua maneira, no seu tempo e espaço, com os meios de produção que possui, com a autonomia que tanto deseja ter. Para Bombardi, (2004, p. 200) “[...] ter a própria terra significava concretizar um sonho de liberdade e autonomia. Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço”.

O campesinato é “[...] uma expressão que não encontra lugar definido no corpo das categorias que formam leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”. (Abramovay, 1998, p. 35). Caracterizado por representar um segmento de forte resistência, enfrenta embates em relação à obtenção da propriedade privada da terra, tornando-se contraditória a inserção do capitalismo estabelecido no meio rural, no sentido que o acesso a terra passou a ser dificultado à medida que a lei de terras foi estabelecida em 1850.

A lei de terras surge como um marco na história agrária do Brasil, pois curiosamente uma lei com esse nome teve a função justamente de impedir o acesso a terra. Ou seja, a história do campesinato brasileiro é marcada pela sempre presente tentativa de bloqueio de seu livre acesso a terra. [...] nosso campesinato, então, formou-se por posseiros distantes, no tempo e no espaço, da nova legislação – por moradores de condição, por ex-colonos que conseguiram adquirir terras e aqueles que lutaram para nela ficar. (BOMBARDI, 2004, p. 63).

Entretanto, nota-se que o campesinato sempre foi marcado por luta e resistência, tanto para ter acesso a terra, quanto para ter o direito de permanecer no campo. Nesse sentido,

representa um segmento político, um modo de produção e de vida e dessa maneira possui características, bem como elementos estruturais, universais, mas que, no entanto, se ajusta a cada realidade camponesa de forma particular.

Nesse sentido, as características universais sobre o campesinato para Abramovay (1998), são as seguintes:

- a) Unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família;
- b) uso intensivo do trabalho;
- c) natureza patriarcal da organização social;
- d) a família camponesa capitalismo/socialismo oferta de produtos agropecuários abaixo de grandes empresas.

Compreende-se dessa forma que neste segmento, a relação entre o camponês e a terra é íntima, tendo em vista que esta não é separada da família, ou seja, as atividades agrícolas fazem parte da vivência no campo, tornando-se, portanto, a mão de obra de cunho familiar. Todavia, embora o agricultor tenha autonomia sobre o tempo e o espaço, o trabalho é praticado de forma intensiva, principalmente nos períodos em que as atividades se intensificam.

Esse modo de vida tradicional apresenta regime patriarcal, onde na organização social da família, o chefe da casa é o homem, a quem são atribuídas tarefas de maior responsabilidade, enquanto as mulheres geralmente ficam responsáveis para cuidar dos filhos e das tarefas domésticas. Nesse regime, portanto, as decisões são tomadas pelos chefes de família. Em relação à comercialização dos produtos cultivados no campo, estes constantemente são comercializados a um preço abaixo do mercado, o que torna o camponês subordinado ao capital.

Oliveira (2007) destaca como elementos estruturais do campesinato:

- ✓ A força de trabalho familiar;
- ✓ A parceria;
- ✓ O trabalho acessório;
- ✓ A jornada de trabalho assalariada;
- ✓ A socialização do camponês;
- ✓ A propriedade da terra;
- ✓ A propriedade dos meios de produção;
- ✓ A jornada de trabalho.

Nesse contexto, levando em consideração os elementos citados por Oliveira (2007), pode-se compreender a dinâmica do campesinato em relação à produção, tendo em vista que a força do trabalho familiar, por exemplo, é característica fundamental da produção camponesa, provocando nesse sentido a necessidade da utilização do trabalho assalariado; sistema de parceria, no modo de vida camponês refere-se à divisão dos custos e ganhos, funcionando como relação de trabalho; o trabalho acessório ocorre quando o trabalhador recebe salário por período de trabalho, ou seja, não é contínuo, este se dá periodicamente; a jornada de trabalho assalariada varia de acordo com a época do ano, bem como de acordo com os produtos cultivados; em relação à socialização do camponês esta se refere a transferência de conhecimentos ao longo dos anos, em relação inclusive do trabalho, sendo este ensinado as crianças desde a infância.

A propriedade da terra relaciona a terra de uso para trabalho e não como terra de negócio. No campesinato o trabalho alheio não é explorado, logo os instrumentos de trabalho pertencem ao trabalhador; a propriedade dos meios de produção, estes podem ser adquiridos,

no caso das mercadorias, bem como produzidos pelos camponeses; a jornada de trabalho no campesinato é definida pelo trabalhador, tendo em vista que lhe é permitido ter autonomia sobre o tempo/espço. Para Martins (1880, p. 59) “A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho dos outros; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador”.

Feitos esses apontamentos torna-se notório a amplitude do campesinato, sendo este dotado de especificidades, representando o modo de vida e produção do camponês, o qual envolve resistência política, bem como enfrentamento as adversidades provenientes do capitalismo.

2.1 O CAMPESINATO COMO MODO DE VIDA

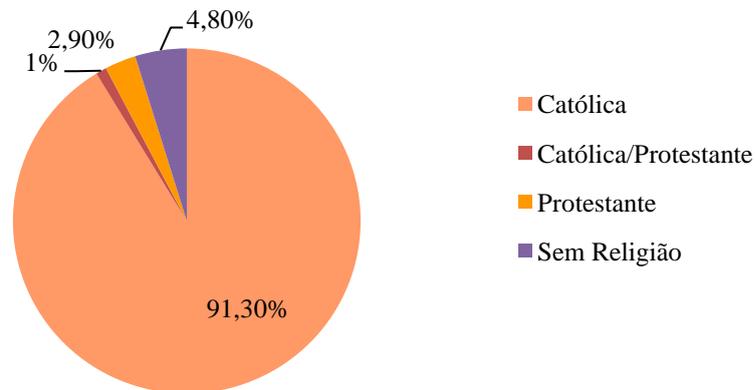
A vida no campo envolve muitos aspectos, destacando-se algumas características muito comuns do modo de vida camponês, como a reciprocidade, a religiosidade, a ajuda mútua, entre outras. A reciprocidade e ajuda mútua são muito comuns entre os camponeses, e na vida do campo. De acordo com Santos (1978, p. 35) “A ajuda mútua aparece [...] como um processo grupal, concorrendo às pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário”. Logo, é possível perceber que no campesinato estas ocorrem constantemente à medida que os indivíduos sentem a necessidade de ajudar os vizinhos, sendo comum estes fazerem parte da família, e mesmo quando se trata de uma troca de favores, onde uma dada família ajuda a outra em um momento que exige maior força de trabalho, e quando esta precisa de ajuda, à família que foi ajudada retorna de forma recíproca.

Todas as práticas de ajuda mútua [...] cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. Desta forma as práticas de ajuda mútua são fundamentais para produzir o processo de trabalho na unidade produtiva camponesa. (SANTOS, 1978, p. 36).

A religiosidade é um dos fatores característicos no campesinato, sabendo que os camponeses têm uma forte ligação com os ensinamentos religiosos e fazem dessa prática marcante neste modo de vida. No povoado Serrote Grande estudado nesse trabalho, durante a pesquisa de campo os residentes foram questionados em relação a religião a qual seguiam, o resultado proveniente da pesquisa pode ser observado a partir do gráfico 1, que representa a religiosidade no Povoado em questão. Desse modo, 91,30% dos camponeses residentes afirmaram seguir a religião católica, enquanto 1% disse que frequentava as duas religiões católica/protestante³, 2,90% são protestantes e 4,80% afirmou não possuir religião.

³ Católico/Protestante: Os camponeses entrevistados afirmaram frequentar às duas instituições religiosas, tanto a católica quanto a protestante, concluindo-se, portanto, que os mesmos não possuem uma única religião definida.

Gráfico 1 - A religiosidade no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com Bombardi, (2004, p. 368), “o universo religioso e sobrenatural é base da vida, e moral camponesas”. Dessa maneira, é possível compreender a partir da afirmação feita pela autora o quão significa a religiosidade para as comunidades camponesas. A partir da figura 3 pode ser observada a capela do Povoado Serrote Grande, cujo santo padroeiro é o Menino Jesus, na ocasião está em curso um evento da tradicional (sexta-feira santa), que ocorre anualmente no município de Craíbas.

Figura 3 - Festividade religiosa tradicional-Capela Menino Jesus Povoado Serrote Gande/Craíbas/AL



Fonte: A autora (2016).

Compreende-se que a religião predominante no Povoado é a católica, no entanto, de acordo com os dados obtidos com a pesquisa *in loco*, foi possível tomar conhecimento de que também há uma parcela de camponeses que frequentam uma instituição protestante, conforme representa a figura 4 a seguir.

Figura 4 - Instituição religiosa protestante



Fonte: A autora (2018).

No campesinato, o trabalho familiar é marcado como referência, tendo em vista que no processo produtivo este é realizado por todos os membros da família, podendo ser feito mediante divisões decididas a partir das relações de produção estabelecidas no seio familiar. Para Abramovay (1998, p. 59) “[...] o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória fadada ao desaparecimento [...] trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento”.

Contudo, a sua reprodução social também se apresenta como uma forma de resistência e luta. De acordo com Rosa (2012, p.104)

[...] podemos dizer que o modo de vida camponês é uma expressão de resistência ao processo de inserção do capitalismo e uma forma de sobrevivência dentro desse sistema, uma vez que a terra é utilizada também como meio de produção de bens para comercialização.

Nesse sentido, Bombardi (2004, p. 53) afirma: “O campesinato não só perdura, mas, se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução [...] se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento”.

A produção do camponês no campesinato, não pode ser considerada um modo de produção capitalista, onde o lucro é o centro do processo, mesmo embora este faça parte do sistema capitalista, sendo subordinado a este sistema. Esse modo de vida tem a sobrevivência como principal meio. O camponês trabalha para satisfazer as necessidades básicas de sua família, vendo a terra como um instrumento de trabalho para conseguir o sustento familiar.

O camponês ao se relacionar com a terra cria vínculos que jamais, mesmo na distância, podem ser desintegrados, pois é um modo de vida. Já aqueles que veem na terra apenas elementos de especulação e de lucro ou aqueles que não tiveram essa experiência de vida nunca compreenderão essa vivência do camponês, o seu modo de vida. (ROSA, 2012, p. 10).

Em conversa com os camponeses do povoado Serrote Grande, foi possível notar o

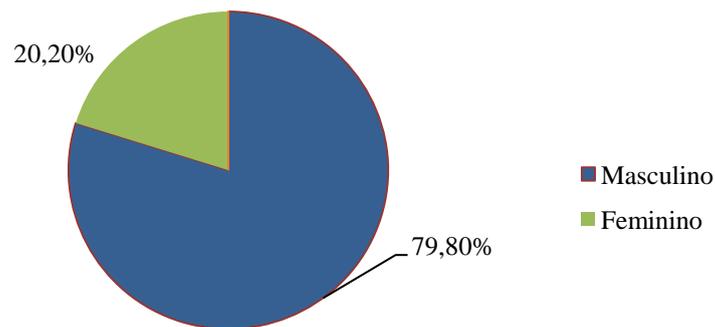
quanto eles gostam de morar no sítio, e o quanto a terra significa na vida deles. Quando indagado quanto ao significado da terra para ele, e os motivos de sua permanência no campo, o camponês instantaneamente respondeu: “[...] por que aqui eu acho feliz [...] aqui é um céu, se pensar um céu aberto pra mim é aqui [...] eu só tô vivo ainda por que tô aqui”. Desse modo, ao analisar a narrativa acima é possível notar a relação íntima de afeto existente e o quanto significa para este camponês ter a sua terra para poder morar, plantar e colher.

2.2 Caracterização do povoado serrote grande como comunidade campesina

Mediante leituras centradas em autores que estudam o campesinato em sua amplitude, buscou-se compreender os elementos que tornam uma comunidade campesina, logo, foi possível caracterizar o Povoado Serrote Grande, situado no município de Craíbas, como uma comunidade onde é predominante a agricultura camponesa.

Sendo o campesinato um segmento tradicional, carrega traços de natureza patriarcal no qual os chefes de família na maioria dos casos são marcados pela presença masculina, como pode ser percebido no gráfico 2, que representa a distribuição por gênero dos chefes de família do Povoado em questão.

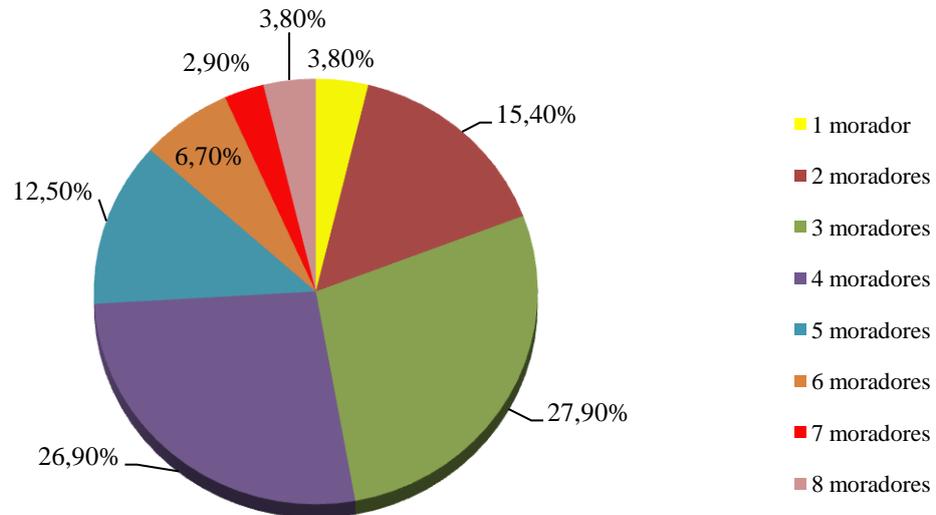
Gráfico2 - Distribuição por gênero dos chefes de família no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O gráfico 2 apresenta a disparidade entre os gêneros no que diz respeito a chefiar a família, evidenciando a pouca incidência da figura feminina nesse cenário, sendo 20,20% mulheres, enquanto 79,80% dos casos são homens quem assumem esse papel. Os principais motivos das mulheres estarem também à frente da unidade de produção, estão relacionados ao fato de serem viúvas, mães solteiras ou divorciadas, sendo a viuvez o principal motivo registrado com a pesquisa. A seguir, será possível observar no gráfico 3, a distribuição populacional por UP (Unidade Produtiva) no Povoado Serrote Grande.

Gráfico 3 - Distribuição populacional por Unidade Produtiva no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL

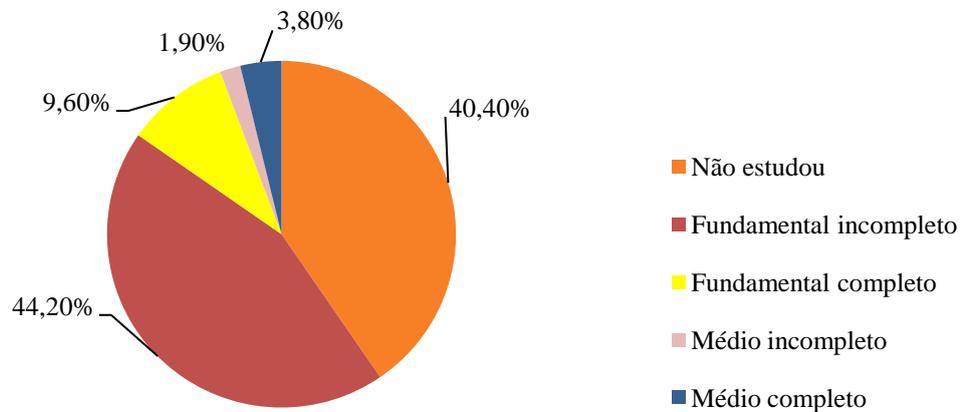


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da análise do gráfico 3 que trata da distribuição populacional, torna-se possível perceber que a maior parte das famílias é composta entre 4 (quatro), e 3 (três) membros. Cabe destacar ainda que dentro das unidades produtivas é comum haver aqueles indivíduos que ainda participam de forma ativa do processo produtivo, ou seja, aqueles que ainda somam na força de trabalho no campo, e aqueles que já são idosos, ou crianças que participam apenas do processo de socialização, ou seja, vão para a roça apenas aprender com a família desde cedo os trabalhos, formando assim o grupo dos consumidores na unidade produtiva.

A partir da pesquisa realizada com os camponeses, foram realizados questionamentos referentes ao nível de escolaridade do chefe de família, já que este é responsável por coordenar todas as atividades do grupo familiar. Em resposta ao referido questionamento obteve-se do camponês 1: “[...] naquele tempo que eu estudava era tempo que a gente aprendia por que apanhava [...] ai eu não me importei, [...] mas eu não tô nem arrependido [...] por que não sei ler, por que tem muito jovem que tem muita leitura no mundo”. A partir do gráfico 4 será possível observar o nível de escolaridade dos chefes de família do Povoado estudado.

Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos/das chefe de família do Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL

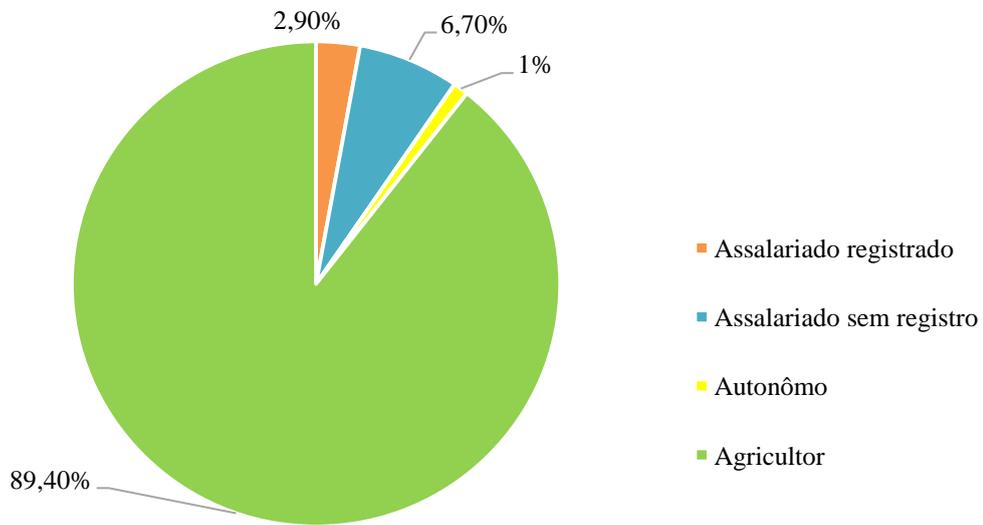


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As dificuldades de acesso à escola foram os motivos mais relatados durante a aplicação dos questionários e entrevistas, como se pode perceber também a partir do relato do camponês apresentado acima, e também por que há tempos atrás esse acesso era mesmo limitado e se restringia na maioria dos casos aqueles que possuíam uma condição financeira mais elevada. Desse modo, percebe-se que a maioria chefes de família estudou muito pouco ou não tiveram acesso aos estudos, tendo 44,20%, cursado o ensino fundamental incompleto e 40,40% não teve acesso à educação. No caso da zona rural, existe ainda mais um agravante, o fato de não haver escolas rurais, sendo estas implementadas recentemente. No caso do acesso ao ensino médio, ainda nos tempos atuais esses acessos têm sido mais dificultados por questões de deslocamento, mesmo embora sejam disponibilizados os transportes escolares.

Os questionamentos realizados ao longo das entrevistas e questionários foram muitos, dentre estes sobre qual seria a principal ocupação dos camponeses entrevistados. Quando indagados sobre sua ocupação principal, afirmou o camponês 1: “Sou agricultor [...] eu tenho aqui tarefa e $\frac{3}{4}$ de terra, mas eu cultivo mesmo. [...] macaxeira, plantei fumo, eu planto feijão, eu planto milho, eu planto um pouquinho porque a terra é pouca”. Os dados referentes a ocupação principal dos camponeses do povoado em questão podem ser visualizados conforme o gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 - Ocupação dos camponeses do Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL

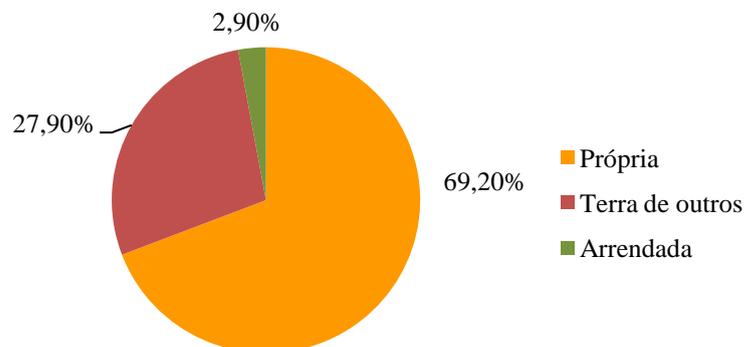


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com o gráfico 5, 89,40% dos camponeses responderam que a sua ocupação era a de agricultor. Logo, mesmo aqueles que possuíam outro tipo de ocupação, como os trabalhadores assalariados com registro/sem registro e autônomos apontaram a agricultura como principal trabalho.

Dentre os elementos que caracterizam o campesinato, está a propriedade privada da terra, ou seja, para o camponês ter acesso a terra e tê-la como propriedade particular, mesmo que esta seja pequena é fundamental, levando em consideração que passa a ter autonomia sobre os meios de produção e sobre a jornada de trabalho. A terra nesse sentido é vista como terra de trabalho para o sujeito camponês, como afirma em depoimento o camponês 11: “[...] eu me sinto bem por que foi onde eu nasci e me criei [...] gostei daqui por que aqui eu trabalhava, aqui tem água para lavar roupa, tinha peixe para pescar [...] e lá na rua a gente só come do dinheiro, e quem não trabalha, como é que vai comer?”. O regime de propriedade da terra no Povoado em questão é apresentado por meio do gráfico 6 a seguir.

Gráfico 6 - Regime de propriedade da terra no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL

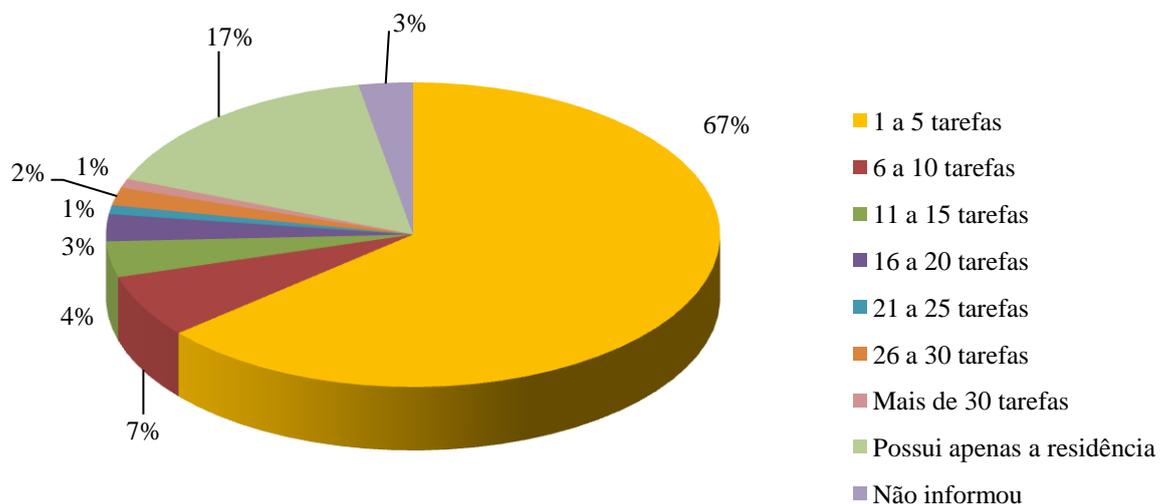


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Sendo o Serrote Grande caracterizado como uma comunidade campesina este apresenta o regime de propriedade de terra relatado pelos camponeses residentes característico e de acordo com os elementos estruturais e presentes no campesinato, sendo 69,20% dos camponeses proprietários de suas terras, e 27,90% que trabalham em terras de outras pessoas, que geralmente são de parentes, principalmente de seus pais. Nesse sentido, destaca-se que nesse modo de vida é muito comum os filhos que casam construam suas casas na mesma terra do pai, e permanecerem trabalhando nesta.

De acordo com o gráfico, os rendeiros representam uma pequena parte dos camponeses, logo, são constituídos por agricultores que não possuem terra própria para trabalhar, apenas o chão de casa, sendo necessário arrendar terra para poder plantar, ou mesmo aqueles que são rendeiros e moram na mesma terra do arrendatário, para ambos os casos, é necessário pagar a renda ao proprietário da terra. O gráfico 7 a seguir apresenta a extensão das propriedades dos camponeses do povoado Serrote Grande, onde 67% das famílias possuem entre 1 a 5 tarefas de terra para cultivo, 7% possui entre 6 a 10 tarefas, sendo 17% possuem apenas a residência.

Gráfico 7 - Extensão das propriedades no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



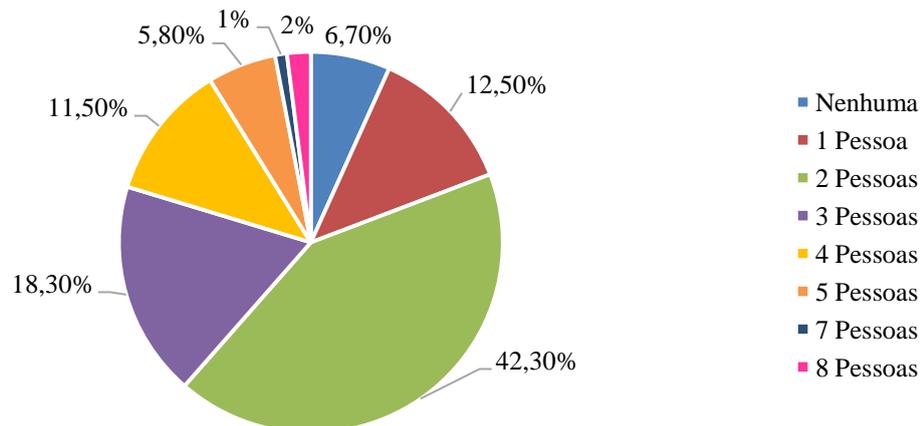
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Desse modo, a partir das entrevistas feitas no decorrer da pesquisa de campo com os camponeses, constatou-se que esta renda é paga através da mercadoria, ou seja, o fumo, que é o principal produto. Conforme afirma o camponês 6, “Quando a gente arrenda pra plantar fumo, paga com fumo mesmo [...] com a mercadoria. É assim, você arrenda uma tarefa por 70 kg de fumo, aí você tem o compromisso de pagar os 70 kg, agora no ano que não dá de jeito nenhum, a gente vai conversar com o dono pra ver o que ele faz, pra ver se diminui”.

Foram investigados também os números equivalentes aos trabalhadores que trabalham na unidade produtiva, e aqueles que também trabalham fora do campo. Os trabalhos realizados no campo, em geral são realizados pelos membros de cada unidade produtiva, assim a partir da pesquisa de campo foi possível identificar através das respostas dos camponeses quais seriam as principais tarefas realizadas por eles na terra. Entre os trabalhos realizados na roça, eles destacaram que fazem de tudo, desde a preparação da terra, até a colheita. Sobre as atividades realizadas no campo, o camponês 15, enfatiza: “[...] a gente faz

os canteiros [...] faz no braço que é pouquinho né, e é muita gente. Ai a gente lambica⁴ e depois cobre, ai limpa, é a gente que faz também [...] tudo da roça é a gente, faz os canteiros, limpa, aduba, quebra, distala⁵". Os gráficos 8 e 9, a seguir representam o percentual de trabalhadores por unidade produtiva, bem como o percentual de camponeses que trabalham fora do campo.

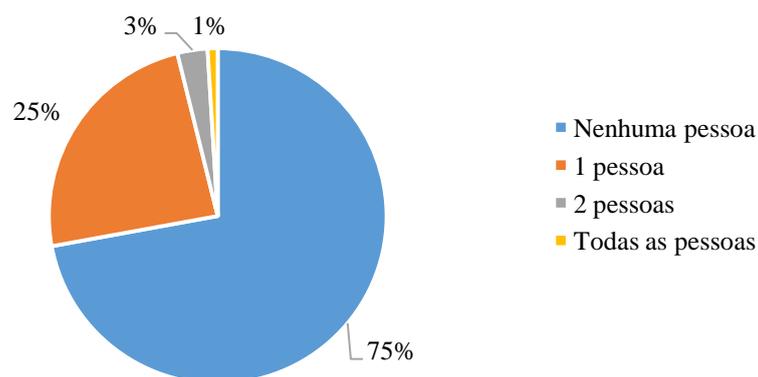
Gráfico 8 - Percentual de trabalhadores por Unidade produtiva no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir do que pode ser observado através do gráfico 7, nota-se na maior parte das unidades produtivas apenas 2 membros do grupo familiar trabalham no campo, ou seja, 42,30% das famílias contam com a mão de obra familiar de duas pessoas. Enquanto em apenas 2% das famílias trabalham um número de oito pessoas.

Gráfico 9 - Percentual de camponeses que trabalham fora da Unidade produtiva no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

⁴ Lambica: expressão usada pelo camponês para se referir ao processo de preparação da terra antecedendo, portanto, o plantio.

⁵ Distala(r): expressão utilizada pelo camponês referindo-se ao processo de retirar o talo do fumo após o processo de colheita.

No gráfico 9, percebe-se que a quantidade de membros de saem do campo para trabalhar na cidade é mínima, levando em consideração que em apenas 25% das famílias uma pessoa sai em busca de trabalho fora da UP enquanto 75% das famílias pesquisadas não trabalham fora do campo. Diante dos fatos analisados, evidencia-se que a oferta de emprego no município e nas cidades vizinhas ainda é muito pequena, em comparação a quantidade de pessoas que buscam por emprego, logo, Craíbas, o município ao qual o povoado Serrote Grande está inserido é considerado predominantemente rural. Nesse sentido, os trabalhos realizados fora do campo, estão relacionados a atividades no comercio local, geralmente de caráter informal, no comércio do município de Arapiraca, ou na prefeitura do município, por meio de contratos, cargo público.

Um dos elementos que costuma aparecer com frequência nas comunidades rurais, são as associações de moradores, cuja principal função estar relacionada a estabelecer e promover diálogos entre os associados e moradores da região objetivando a busca por melhorias que possam favorecer a todos da comunidade, prevalecendo desta forma o bem comum. O resultado da pesquisa realizada com os camponeses do povoado Serrote Grande demonstrou a não existência de uma associação de moradores. Contudo, os camponeses afirmaram a importância da existência de uma associação a qual os membros associados, junto ao presidente pudessem buscar por melhorias e também por projetos junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Craíbas, em parceria com o governo federal, a fim de beneficiar os pequenos produtores.

3 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO CAMPESINATO

No campesinato, as relações de produção aparecem através das interações e relações estabelecidas entre os membros de cada Unidade de Produção Camponesa, bem como entre os indivíduos de um mesmo grupo, ou sociedade. De acordo com Oliveira (2007, p. 36), “As relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência”. Nesse sentido, pode-se entender que estas relações ocorrem a partir de diferentes representações, envolvendo as formas em que o trabalho ocorre no campo, as divisões de tarefas no seio familiar de cada família camponesa, as motivações que desencadeiam a contratação de trabalhadores temporários, ou seja, envolve toda uma estrutura e organização do trabalho no campo.

A divisão de tarefas no seio familiar no campesinato ocorre de forma bem particular a depender da família, e das condições em que estas estão inseridas na sociedade. Logo, destaca-se que no povoado Serrote Grande essa divisão se dá baseada nos princípios da moral, e da tradicionalidade, onde os homens em sua maioria realizam as tarefas mais pesadas, enquanto as mulheres trabalham nas tarefas que exigem menor força de trabalho no campo, restringindo-se principalmente as atividades domésticas e do quintal, como por exemplo, a criação de animais no próprio quintal. Ainda assim, o trabalho da mulher segundo o camponês 10: “[...] mulher é da roça, é da casa, é de tudo. É plantar feijão, é limpar, tudo isso né”. De acordo com a entrevista realizada sobre as relações de produção o camponês 1 afirma: “[...] eu cavo o canteiro sozinho, eu cubro, eu pranto de tudo, ela ajuda a prantar feijão [...] ela não é mais da roça, mais pranta feijão, pranta tudo”.

Sabe-se que no modo de vida camponês, o acesso a terra ocorre de muitas maneiras, e dessa forma pode aparecer através da presença de representações distintas, como afirma Silva e Inácio (2012, p. 8): “O campesinato pode abrigar diversas formas sociais baseadas em diferentes relações de trabalho e de acesso a terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, etc”. Logo, cada uma dessas formas possui distintas relações com a terra, porém a fazem instrumento de trabalho e meio de reprodução social.

Assim, “[...] estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada”. (SANTOS, 1978, p. 34). Porém, neste segmento o trabalho familiar do camponês é mantido como tradição, sendo, para Woortmann (1990, p. 17) “A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro”. Dentro dessa concepção o autor refere-se a esta tradição, relacionada ao trabalho familiar, por representar possibilidades de reprodução social desse segmento, através da reprodução da família na terra, com o trabalho coletivo de seus membros. Assim, Woortmann (1990, p. 24) determina que “o caráter familiar do trabalho [...] seria o elemento central de uma lógica econômica própria do “modo de produção” camponês”.

Nas relações de produção no campesinato, o trabalho familiar é predominante, todavia, são permitidos outros tipos de mão de obra no decorrer do ciclo agrícola. Nesse sentido, a ajuda mútua aparece como determinante, como afirma Cândido (2009, p. 194)

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e sua retribuição automática determinavam a formação duma ampla rede de relações, ligando os habitantes do grupo de vizinhança uns aos outros e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional.

Nesse sentido, as práticas de ajuda mútua ocorrem não somente por uma imposição da técnica agrícola, mas como um reflexo da dinâmica cultural dos camponeses.

Nesse contexto, destaca-se que a estrutura própria do campesinato relaciona o modo pelo qual o trabalho é exercido na comunidade, e como ocorrem as relações entre os sujeitos envolvidos com este, seja ele no campo, ou nas unidades familiares, como ocorre no caso das mulheres em algumas situações. A partir desse entendimento, é possível compreender o quanto se faz importante a religião nas comunidades camponesas, tendo em vista que através dos ensinamentos e valores que são abordados por elas é possível articular através desta o funcionamento do grupo de vizinhança. Para Cândido, (2009, p. 197)

[...] o trabalho e a religião se associam para configurar o âmbito e o funcionamento do grupo de vizinhança, cujas moradias, não raro muito afastadas uma das outras, constituem unidade, na medida em que participam no sistema dessas atividades.

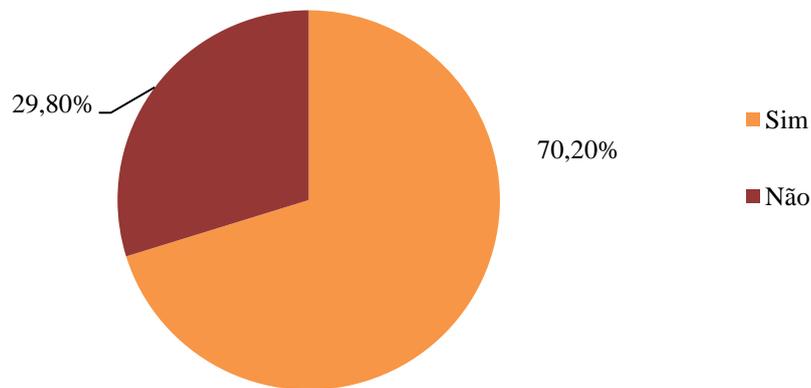
Para o camponês as formas de ajuda mútua como a prática do mutirão que estão baseadas nos princípios da reciprocidade, onde ambos se ajudam nos momentos em que a demanda de trabalho exige maior força de trabalho, são valorosas à medida que estas não configuram a subordinação do trabalho ao capital. Logo,

O trabalho com a terra é quase sempre duro e “cansa o corpo”. Conhecemos todos, por vivência, por depoimentos ou mesmo pelas letras de velhas modas de viola, o quanto é penoso o trabalho camponês. Mais ainda quando é “cativo”, quando é realizado “no que é dos outros” ou “para o outro”. BRANDÃO (2009, p. 51).

Neste modo de vida o trabalho realizado em terras alheias é percebido como um trabalho explorado, onde o trabalhador não possui autonomia e controle sobre as decisões a serem tomadas em relação às atividades agrícolas, tampouco sobre o tempo e espaço, tornando-se assim submisso, o trabalhador camponês ao proprietário das terras. À medida que ocorrem dentro das relações de produção os mutirões, configurados como ajuda mútua entre os camponeses, é possível exercer os princípios da solidariedade sem que haja exploração da força de trabalho. Sendo as práticas de ajuda mútua parte dos elementos estruturais do

campesinato, constatou-se a partir da pesquisa de campo que estas se fazem presente de uma forma relevante, fazendo parte, portanto, das relações de produção, em especial no Povoado Serrote Grande, como mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 - Práticas de ajuda mútua no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da representação mostrada no gráfico 10, nota-se que na maioria das famílias ocorre à prática da ajuda mútua, mais conhecida por eles como mutirão, ao longo da entrevista foram relatadas informações de que o mutirão que se ocorre tanto no plantio quanto na colheita, em especial na colheita por nesta os trabalhos se intensificarem servia também para que não fossem pagos dias de serviço, como afirma a fala do camponês 7 durante a entrevista: “Quando tá pesado a gente se arreune, um vai para a roça do outro, já para não pagar diária”. Corroborando com a afirmação anterior, o camponês 15 complementa: “[...] quando dá a gente dá uma mão a um irmão, ele também ajuda [...] principalmente na colheita do fumo”. Contudo, o mutirão se afirma como forma de sanar algumas dificuldades em relação ao excesso de trabalho nas unidades produtivas.

Mas o trabalho “com os outros” ou “para o outro” é sempre um gratificante e alegre trabalho-festa, ou um trabalho-ritual, quando voluntário. Quando, em vez de ser uma imposição ou uma “obrigação”, é uma escolha livre, uma “ajuda a um amigo” de quem se pode esperar a contraparte, quando necessário. (BRANDÃO, 2009, p. 51).

O trabalho no campo é dotado de significado, representando claramente a essência da vida do camponês. Torna-se notório nesse sentido, o desejo por autonomia nas atividades realizadas, no sentido em que quando o trabalho é realizado de forma livre e espontânea, difere, portanto, de quando o mesmo é imposto, tornando o trabalhador subordinado. Para Santos (1978, p. 126) “o modo de produção especificamente capitalista corresponde a fase de submissão real do trabalho ao capital, quando se desenvolvem relações sociais de produção entre os proprietários do capital e os detentores da força de trabalho”. Sendo para o camponês imprescindível a autonomia sobre a terra e os meios de produção, a subordinação do seu trabalho ao capital representa para ele ter uma vida de dependência, ser cativo. Dessa maneira, “[...] a condição de proprietário da terra e dos outros meios de produção assegura ao camponês o domínio sobre o processo de trabalho e assim lhe dá a condição de trabalhador independente. Ainda que subordinado ao capital”. (SANTOS, 1978, p. 130).

3.1 O TRABALHO FAMILIAR COMO REFERÊNCIA NO MODO DE VIDA CAMPONÊS

Para o camponês o trabalho é visto como parte essencial da vida, como meio de sobrevivência, seu e de sua família, tendo a terra como instrumento de trabalho e reprodução. A partir da figura 5, pode-se observar o trabalho no campo realizado por camponeses do povoado Serrote Grande – interior do município de Craíbas/AL.

Figura 5 - Trabalho camponês no povoado Serrote Grande – Craíbas/AL



Fonte: Acervo do autor (2018).

O trabalho de caráter familiar apresenta-se como fundamental no modo de vida camponês, levando em consideração sua lógica econômica. Entretanto, no campesinato, assim como em outros segmentos existem núcleos que servem de base para a categoria. Assim,

[...] cada cultura terá categorias nucleantes específicas, mas, ao que parece, existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns – pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas – mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Nesse contexto, nota-se que as categorias nucleantes do campesinato estão relacionadas, sendo elas: terra, família e trabalho. Logo, para o camponês é imprescindível o acesso a terra, para nela reproduzir socialmente sua família, mantendo o trabalho familiar como principal força de trabalho da unidade produtiva. Para Santos (1978, p. 140) “O trabalho do camponês é o meio de ganhar a vida através da troca do produto criado pela sua própria atividade. Para ele, ganhar a vida significa reproduzir a força de trabalho familiar”. As relações de produção são marcadas pelo trabalho familiar, sendo estabelecidas por meio da divisão das atividades entre o grupo doméstico. A Figura 6 a seguir representa o trabalho familiar no Povoado Serrote Grande, no processo de distalação de fumo á que a cultura fumageira é predominante na região.

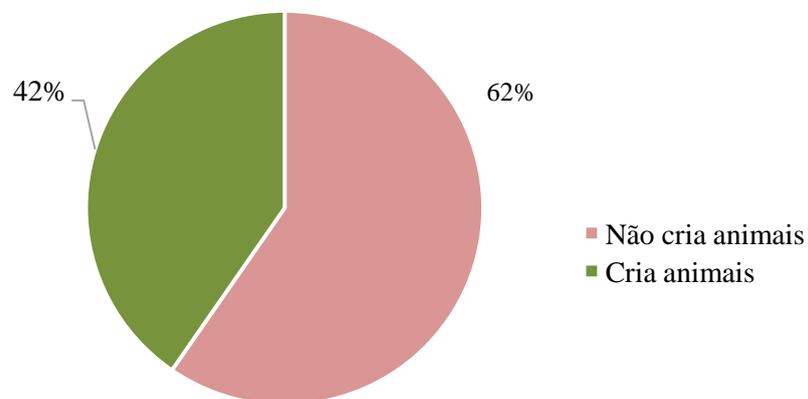
Figura 6 – Trabalho familiar no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: A autora (2016).

Nas unidades de produção camponesa o trabalho é dividido entre os membros do grupo doméstico. Destaca-se que no Povoado Serrote Grande o cuidado com os animais se dá tanto pelo homem, quanto pela mulher, com exceção na criação das galinhas que a mulher é sempre a principal responsável. Logo, na comunidade estudada a criação de animais de pequeno porte se faz presente, conforme indica o gráfico 11.

Gráfico 11 - Criação de animais pelos camponeses no Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nesse sentido, de acordo com o gráfico 11, 62% das famílias entrevistadas criam animais, apresentados a partir das figuras 8, 9 e 10. Dentre estes, os mais comuns são, galinhas, porcos, gado, cavalos, cabras e bodes. Enquanto 42% dos entrevistados afirmaram não criar nenhum tipo de animal. Segundo as entrevistas o propósito maior ao criar esses animais é o de poder consumir os seus produtos.

Figura 8 - Criação de animais no Povoado Serrote Grande (gado, cavalo, galinha)



Fonte: A autora (2016).

Figura 9 - Criação de porcos por camponeses do Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2016).

Figura 10 - Criação de bodes por camponeses do Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2016).

Para Santos (1978, p. 33) “Os homens e mulheres velhos realizam tarefas leves, geralmente ligadas às atividades de subsistência, contribuindo assim, e na medida de suas forças, para o trabalho familiar”. Nesse sentido,

A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior da sua própria casa e no terreiro que lhe é contíguo. Há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua completamente às tarefas masculinas em todos os níveis. (MOURA, 1986, p. 54. *apud* BOMBARDI, 2004, p. 211).

Além de que o ensinamento às crianças sobre o trabalho no campo inicia-se na infância passados de geração em geração. Segundo Bombardi (2004, p. 224) “O trabalho das crianças é visto com outros olhos pelos camponeses, até por que não se pode esperar que fiquem grandes para aprender, o processo de aprendizagem se dá na infância”. No entanto, no que se refere à reprodução do trabalho familiar segundo Santos (1978, p. 71) “[...]a “roça” é a produção que assegura a reposição do valor da força de trabalho familiar e permite, assim, que o camponês arque com todas as consequências na produção de mercadorias”.

Dessa maneira, é na roça que o camponês exerce sua autonomia sobre os instrumentos de trabalho e meios de produção, garantindo que a força do trabalho familiar se reproduza através do trabalho coletivo dos membros das unidades familiares, assegurando-lhes neste sentido, o sustento, e os tornando responsáveis pela produção da unidade doméstica.

Para Wanderley:

[...] a organização do trabalho familiar depende, cada vez mais, dos mecanismos estruturais do mercado. Este passa a constituir uma mediação indispensável à obtenção, pelo camponês, de seus meios de vida, da terra e dos instrumentos técnicos da produção e da transferência, para fora da unidade familiar, do sobretrabalho nela produzido, e que irá alimentar o processo global de acumulação do país. (WANDERLEY, 1985, p. 66).

Portanto, sendo as relações de produção relacionadas a organização do trabalho familiar no campo – nas unidades domésticas, estas estão sempre dependentes e subordinadas ao sistema, ou seja, mesmo sendo o campesinato um segmento não capitalista as relações estabelecidas dentro deste estão ligadas ao capitalismo, tendo em vista que para sua efetivação em muitos momentos depende de suporte advindo do mercado, a partir da obtenção dos meios de produção, bem como de produtos alimentares que não conseguem produzir nas unidades camponesas, mobilidade e transporte da produção, e sobretudo através da venda da força de trabalho.

3.2 A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS COMO MEIO DE MÃO DE OBRA ALTERNATIVA

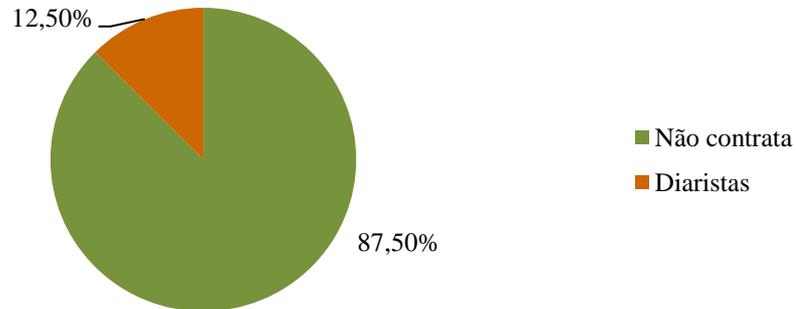
No campesinato há uma diversidade nas relações de produção estabelecidas no campo. Nesse sentido, apesar de tradicional, apresentando o trabalho familiar como centro das relações de produção, bem como maior força de trabalho, este permite a contratação de trabalhadores temporários, que representam mão de obra alternativa no período onde as atividades realizadas exigem maior força de trabalho. No entanto, essa contratação de trabalhadores de temporários depende da quantidade de membros que a família possui, pois segundo Santos (1978, p. 41) “[...] é a variável “tamanho da família” que provoca a necessidade de contratação de trabalhadores diaristas”. O trabalho familiar, entretanto, é percebido como oposição ao trabalho assalariado. Segundo Woortmann (1990, p. 25)

Não raro, o trabalho familiar é visto em oposição ao trabalho assalariado, ainda que, objetivamente, não haja uma contradição necessária entre ambos. Subjetivamente, contudo, observa-se uma oposição, no contexto de uma concepção camponesa do trabalho.

A contratação de trabalhadores temporários não ocorre durante todo o período do ciclo agrícola. Está se restringe segundo Woortmann (1990, p. 25) a “[...] caráter temporário, enquanto o trabalho permanente é fornecido pelo grupo doméstico”. No caso específico do povoado Serrote Grande a maior parte dos camponeses entrevistados, ou seja, 87,50% não

contratam trabalhadores durante o ciclo agrícola, enquanto apenas 12,50% contratam diaristas em algum momento onde os trabalhos na roça são intensificados, conforme mostra o gráfico 12 a seguir.

Gráfico 12 - Contratação de trabalhadores diaristas pelos camponeses do Povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

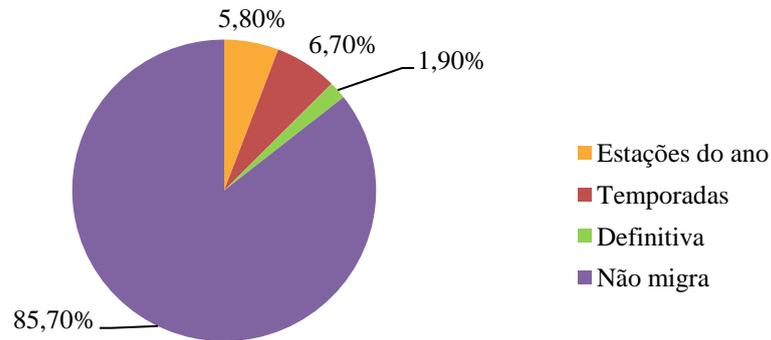
Em razão da posse de terra estabelecer-se na maioria das famílias como pequena propriedade, sendo a área cultivada pequena, torna possível que o trabalho realizado seja realizado somente pela família dispensando, nesse sentido, a contratação de força de trabalho. No entanto, há casos onde essa contratação se faz necessária em virtude dos proprietários já serem idosos ou não contarem com ajuda dos filhos para os trabalhos do campo.

Desse modo, sobre a contratação de trabalhadores, o camponês 3 ressalta: “[...] quando eu me aperto muito, eu não vou mentir eu pago [...] se não, não consegue fazer, o fumo tá distalando e na roça tá se perdendo, aí tem uma bola na roça para distalar, e em casa, aí eu pago para distalar”. Nos casos de contratação de trabalhadores diaristas, estes residem no mesmo povoado em que os camponeses, facilitando desta maneira o deslocamento.

Sendo o campesinato guiado pelos princípios da hierarquia familiar, essa contratação de força de trabalho assalariada é feita pelo pai de família (chefe). Para Woortmann (1990, p. 26) “O pai de família contrata assalariados durante o pico do ciclo agrícola, pois é o volume de trabalho realizado neste momento que irá determinar o trabalho realizado durante todo o ciclo”. O assalariamento representa, portanto, o meio pelo qual o camponês consegue desenvolver as atividades do ciclo com maior eficiência e rapidez, fortalecendo o trabalho realizado pelos membros da família, além de que esta prática possibilita a migração dos filhos, no sentido que o trabalhador assalariado, substituiu aquele que migrou temporariamente. Sobre o assalariamento, Woortmann, (1990, p. 26) afirma: “Ele torna possível ao pai desenvolver o negócio ou a arte e possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato. Em nenhum caso, ele contraria o trabalho familiar [...]”.

A migração nesse caso também ocorre, possibilitando a independência no caso dos filhos, e também como meio de angariar renda, sendo esta utilizada para pagar os trabalhadores temporários. A migração no povoado Serrote Grande ocorre, porém, em uma escala pequena, sendo que 85,70% dos filhos dos camponeses não migram para trabalhar fora. Essa migração ocorre principalmente para o sul e o sudeste. Assim a migração dos filhos dos camponeses ocorre de forma temporária e através das estações do ano, conforme o gráfico 13.

Gráfico 13 - Migração dos filhos dos camponeses residentes no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



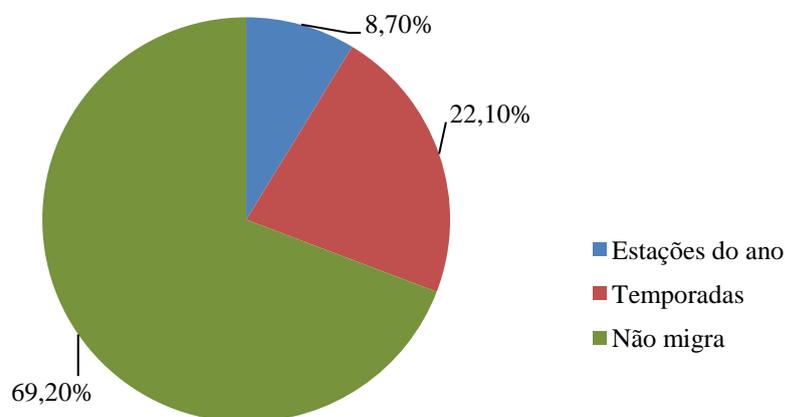
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Assim, Woortmann, (2009, p. 227) afirma que a migração, “[...] pode ter como objetivo obter recursos que permitam a contratação de trabalhadores assalariados, de modo a preservar a família, e a mulher em particular”. É comum que esta ocorra em vários momentos durante o ano, porém, ela ocorre geralmente quando as atividades agrícolas não estão a todo vapor, havendo também casos em que acontece quando há mão de obra suficiente no grupo familiar para executar as atividades rurais. De acordo com Tepicht (1973, *apud*. Woortmann, 2009, p. 222). “A migração é então uma forma de utilizar um fator de produção ocioso e expressa uma divisão de trabalho clássica nas práticas de reprodução social camponesa”.

A partir desse entendimento, torna-se evidente a necessidade de migrar para os camponeses esta prática na lógica do campesinato possibilita mudanças representativas na organização familiar e na produção de cada unidade de produção camponesa, pois além de viabilizar a complementação de renda nas unidades domésticas, prepara os membros que migram para serem independentes.

Contudo, ainda contribui para a conservação da hierarquia familiar existente nesse modo de vida, tendo em vista que através da migração, conseqüentemente haverá melhoria na renda familiar, possibilitando ao chefe de família a dispensa da mão de obra da mulher nas atividades agrícolas do campo. A seguir pode ser observado o gráfico 14, que representa o percentual de migração dos chefes de família do povoado que perfaz 30,80%.

Gráfico 14 - Migração dos chefes de família residentes no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com Woortmann (2009, p. 226), “migrar, portanto, é um recurso para manter a mulher no domínio da casa, espaço por excelência da mãe de família. Não se trata meramente de manter a subordinação da mulher, mas de preservar sua dignidade e o status da família em geral”. Ainda de acordo com o autor, “a migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (Id., p. 217).

No entanto, com a migração muitos fatores podem ser desencadeados, no sentido em que há também consequências advindas dessa prática. Logo, sobre a migração para outro estado, o camponês 3, enfatiza: “[...] o Paraná é bom, mas o serviço é pouco e eu não sei tá parado”. No modo de vida camponês, os indivíduos são preparados para viver e produzir no campo, baseados em princípios de reciprocidade e solidariedade, que em sua essência diferem das regras impostas pela indústria no sistema capitalista, dessa maneira a vida na cidade apresenta-se distinta da que é vivenciada no campo em muitos aspectos, fazendo com que segundo Queiroz (2009, p. 57) “Além da degradação econômica, sofrem os sitiante também a degradação social. Passam a viver, outrossim, num universo para o qual não foram preparados, pois os valores da vida rural são inteiramente diferentes dos valores da vida urbana”.

Portanto, no campesinato há uma diversidade de fatores em relação às relações de produção estabelecidas no seio familiar, sendo a contratação de assalariados em forma de trabalhadores temporários muito comuns nesse segmento. A contratação dessa mão de obra alternativa representa também a autonomia do camponês sobre a produção, bem como a migração representa possibilidades de reprodução do camponês.

4 PRODUÇÃO CAMPONESA DO POVOADO SERROTE GRANDE

A produção camponesa é marcada por diversos fatores, sendo caracterizada por apresentar o trabalho familiar como a principal atividade realizada. Santos (1981, p. 110) destaca: “A produção camponesa define-se pela presença de trabalho familiar, coordenando-se as atividades de todos os membros da família em um trabalho coletivo. Caracteriza-se ainda pela apropriação dos instrumentos de trabalho”.

O povoado Serrote Grande é marcado pela presença intensa do trabalho familiar, e também pelas práticas de ajuda mútua. Nesse sentido, a produção na comunidade conforme as figuras 11 e 12 apresentam, se dá através do uso de técnicas rudimentares, a maioria dos trabalhos no campo é feitos pelos próprios camponeses, sem o auxílio de máquinas.

Figura 11 - Produção camponesa no Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2016).

Figura 12 - Cultura fumageira no Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2016).

A cultura do fumo é a principal renda do povoado, assim como de todo o município, porém, os camponeses cultivam outros tipos de produtos, sendo estes para o autoconsumo, como por exemplo, feijão, batata, macaxeira (utilizada para consumo direto), abóbora, milho e mandioca para (produção de farinha), podendo estes serem vistos a partir das figuras 13, 14, 15 e 16.

Figura 13 - Agricultura para autoconsumo-
macaxeira



Fonte: A autora (2016).

Figura 14 - Agricultura para autoconsumo-
abóbora



Fonte: A autora (2016).

Figura 15 - Cultivo de mandioca



Fonte: A autora (2016).

Figura 16 – Cultivo de milho



Fonte: A autora (2016).

A origem das sementes utilizadas no plantio provém da safra anterior, ou seja, a cada

ciclo os agricultores guardam as sementes do fumo, bem como dos demais produtos para plantar novamente no ano seguinte. De acordo com entrevista realizada, o camponês 5 afirma: “A semente a gente tira do pé, daquele cachinho que quando seca desmancha a sementinha e quando é no começo de plantar que começa a chover, semeia aquela plantinha no canteiro e vai aguardando e depois muda para outro canteiro”.

Tanto na produção do fumo, bem como dos produtos para autoconsumo, os camponeses relataram a utilização de defensores agrícolas no controle de pragas, sendo essa utilização mais percebida no plantio do fumo, levando em consideração que a agricultura para autoconsumo é cultivada em escala pequena. Entre os defensivos mais citados estão o Decis que é um inseticida utilizado nas pragas do feijão, milho e batata; Confidor é também um inseticida utilizado nas pragas do fumo. Ambos são fabricados pela Bayer, uma empresa farmacêutica e química.

No modo de vida camponês, a produção esta intimamente ligada ao consumo, ou seja, o camponês produz objetivando suprir as necessidades básicas da família Para Luxemburg, (1970, p. 21 *apud*. Bombardi, 2004, p. 54) “O objetivo da produção camponesa é o consumo e aquisição de mercadorias. Portanto, em momentos de crise, ou trabalha-se mais ou priva-se mais, o que seria impensável em um sistema em que o objetivo não é a produção de mercadorias [...]”.

Nesse contexto, observa-se também a autonomia que é permitida ao camponês no que se refere à escolha de como será realizada a produção de mercadorias, no que tange ao consumo, bem como a circulação desta. Segundo Santos (1978, p. 70)

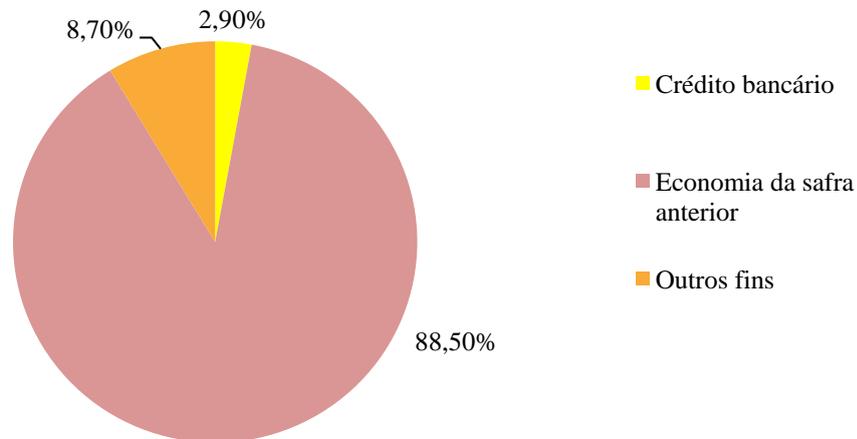
[...] a produção camponesa realiza o círculo mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo da obtenção de valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês.

Logo, conforme Oliveira (1997, p. 52) “[...] a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação de mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar”. Se no campesinato, o trabalhador produz para viver, sua preocupação não esta centrada em trabalhar mais para obter um lucro maior, mas em realizar o trabalho que garanta a sua sobrevivência.

A aquisição de mercadorias, ao qual trata o autor supracitado, esta relacionado à obtenção daquilo que não se produz nas unidades de produção camponesa, e também os instrumentos de trabalho. Nesse caso, o trabalhador camponês vende parte da produção para conseguir adquirir alimentos não provenientes da sua produção, instrumentos de trabalho e insumos. Para Santos, (1978, p. 22) “Na unidade produtiva camponesa, combinam-se a produção dos meios de vida, “o fundo de consumo”, e a produção de mercadorias”.

Evidencia-se que o processo de produção no campesinato ocorre mediante utilização de recursos poupados em ciclos anteriores. A partir da pesquisa realizada no povoado Serrote Grande mediante aplicação de questionário obteve-se dados referentes ao acesso a financiamento para a produção de cada ciclo agrícola, que podem ser visualizados a partir dos gráficos 15 e 16.

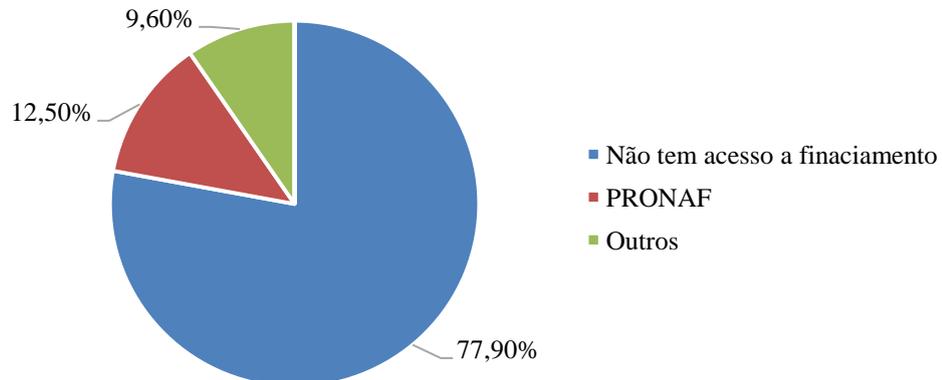
Gráfico 15 - Acesso a financiamento para produção camponesa



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme pode ser observado no gráfico 14, a maior parte dos camponeses, ou seja, 88,50% utilizam parte da renda obtida do ciclo agrícola anterior para produção de cada ano, levando em consideração também as sementes dos produtos, destacando-se assim, apenas 2,90% da população camponesa que utiliza-se de crédito bancário.

Gráfico 16 - Tipos de financiamento



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Portanto, para Ploeg (2006, p. 25)

[...] o processo de produção no modo de produção camponês é tipicamente estruturado sobre [...] uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida. Cada ciclo de produção é construído a partir de recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores.

Nesse sentido, uma das questões observadas na produção camponesa é a duração dos ciclos agrícolas, tendo em vista que estes podem ser diferenciados a depender da época do ano, bem como em relação ao tipo de cultivo produzido, podendo ser mais longo ou mais curto, com períodos de maior abundância, como também de escassez.

O ciclo agrícola tem, via de regra, marco temporal bem mais rígido, com épocas de colheita associadas à abundância e à escassez para os momentos

que precedem as colheitas do ano seguinte. Uma das questões centrais do cálculo efetuado pelos responsáveis por grupos domésticos camponeses é justamente entre colheitas cíclicas e perecíveis, concentradas em determinadas épocas do ano, e padrões de consumo regulares ao longo do tempo. (GARCIA JUNIOR.; HEREDIA, 2009, p. 224).

Ainda conforme Garcia Junior e Herédia (2009, p. 232)

Há, portanto, momentos de pico nas fainas agrícolas e momentos de vazio, independente da organização do esforço produtivo. O uso potencial produtivo da família ao longo do ano e o montante da colheita dependem do volume de trabalho nos momentos de pico do ciclo agrícola.

Nesse contexto, o campesinato centra-se na combinação entre unidade de produção e unidade consumo, como afirma Abramovay (1998, p. 90) “o que caracteriza o campesinato é exatamente a fusão entre a unidade de produção e a de consumo”. Corroborando com Abramovay, Garcia Junior e Heredia (2009, p. 223) afirmam: há, portanto, “[...] a indissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade de consumo, pois tanto uma como a outra fazem apelo aos membros da família e estão regidas pelos mesmos padrões de autoridade doméstica”.

Compreende-se que para que se dê a produção camponesa faz-se necessário a utilização de insumos, a serem utilizados ao longo do processo produtivo. Logo, estes são usados pelos camponeses considerando o valor da produção, bem como a quantidade a ser utilizada visando o melhor aproveitamento desta. Para Abramovay (1998, p. 83)

[...] o agricultor não só é capaz de utilizar seus insumos de maneira a obter a maior quantidade possível do produto, mas, mais que isso, essa operação leva em conta o nível relativo dos preços, de maneira a minimizar os custos e/ ou maximizar os resultados da produção.

Nesse sentido, o produtor camponês investe em insumos na tentativa de tornar maior o processo produtivo, e dessa maneira obter mais êxito no ciclo agrícola. Contudo, de acordo com Bombardi (2004, p. 360). “O investimento em insumos e em tecnologia varia sempre em função da disponibilidade de recursos financeiros da família”. Ainda sobre a produção camponesa, a mesma é pensada de acordo com os produtos que são mais rentáveis para o produtor, tendo em vista que para o camponês a produção deve prioritariamente satisfazer as necessidades familiares, como também a partir da venda desta, o valor seja revertido para a compra de insumos aos quais não sejam produzidos na UP.

O pequeno produtor tende, igualmente a especializar sua produção, concentrando seus esforços naqueles produtos que disponham de condições mais vantajosas de preços no mercado. Esta medida, limitada em função das possibilidades reais do pequeno produtor, acentua a alteração de suas relações com o mercado; embora não seja completamente anulado, o autoconsumo cede lugar às atividades destinadas à venda. (WANDERLEY, 1985, p. 69).

O camponês, contudo, mesmo tendo a autonomia sobre a propriedade, e os meios de produção, ainda assim mostra-se dependente do mercado, em função de necessitar vender sua produção, em virtude de garantir a posse daquilo que não produz, ao tempo que dessa maneira precisa seguir as leis que são impostas pelo mercado. Wanderley (1985, p. 65), afirma: “[...] mesmo nos casos em que o autoconsumo ainda é predominante, algumas necessidades básicas

da família só podem ser satisfeitas a partir de fora, que supõe relações de troca, em que parte da produção passa pelo mercado”. Para Woortmann (1990, p. 39) “Vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa. Neste sentido, a feira é um espaço de realização do pai de família que no roçado encarna o trabalho familiar e na feira “governa” a transformação desse trabalho em ganho [...]”.

O fato do camponês manter relação com o mercado, não o torna de toda forma capitalista, pois, conforme afirma Santos (1978, p. 43) “[...] a soma de dinheiro que obtêm com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa”. Portanto, no campesinato há relações diretas entre o camponês, a terra, a produção e o mercado, logo, estas relações são próprias deste modo de vida, não obstante a isso o camponês permanece estabelecendo relações não capitalistas no seio do grupo doméstico.

4.1 COMERCIALIZAÇÃO E RENDA

A comercialização dos produtos cultivados no campo ocorre após a colheita, seguida por diversos fatores, estando estes relacionados principalmente as necessidades básicas da família. Entretanto, como no campesinato a produção dos camponeses costuma ser pequeno-média, haja vista tratar-se de relações de produção não capitalistas, é comum haver necessidade de colocar a venda os produtos objetivando sanar tais necessidades. Segundo Oliveira (1997, p. 51) “[...] na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria”.

Assim, na medida em que o camponês retira da produção a parcela que vai utilizar para consumo próprio, utiliza o que supostamente sobra para submeter à venda, para que o dinheiro adquirido na comercialização seja revertido para suprir as necessidades dos produtos aos quais não produz, e mesmo para a compra de insumos e instrumentos de trabalho. Além de que ainda precisa poupar parte da renda obtida com a produção para o surgimento do novo ciclo agrícola. Contudo,

[...] o camponês realiza a reprodução simples, equivalendo isso a dizer que no processo de trabalho camponês ocorre a simples repetição do processo de produção na mesma escala. O camponês repõe, a cada ciclo produtivo, seja por via de produção direta, seja por via de troca monetária, os meios de produção e a força de trabalho necessários para a simples repetição da produção. (SANTOS, 1978, p. 67).

Nesse contexto, quando submete seu produto a venda, o camponês esta sendo subordinado ao capital, pois de acordo com Santos (1978, p. 119) “Vendendo o produto do seu trabalho, o camponês estar definitivamente subordinado ao modo de produção capitalista”. Em contrapartida, afirma-se que a produção camponesa não se dissocia entre o que será consumido e o que será vendido, pois o camponês durante o processo produtivo não pensa especificamente na venda dos cultivos, esta comercialização é realizada como forma de garantir a sua reprodução na terra. Para Wanderley (1985, p. 66) “O camponês, por conseguinte, não escolhe entre plantar para vender ou plantar para consumir, mas vende como única alternativa para garantir as condições mínimas de sua reprodução”.

A comercialização dos produtos gera renda, porém, cabe evidenciar que essa renda é apropriada em grande parte pelo capital industrial, restando para o pequeno produtor uma pequena parcela, ou seja, o camponês produz para consumir e também comercializar parte da produção, mas, não se apropria da renda obtida em sua totalidade. Sendo a cultura fumageira

predominante no povoado Serrote Grande, a maior renda obtida com a produção agrícola é proveniente da comercialização do fumo, à medida em que foram aplicados os questionários com os camponeses foi possível perceber que assim que o fumo é colhido, ele perpassa pela fase de distalação, como já foi apresentado, e vai para o “Curador”, para ser curado e então comercializado. Na figura 17 será possível observar como se dá o processo ao qual o fumo é submetido até a venda.

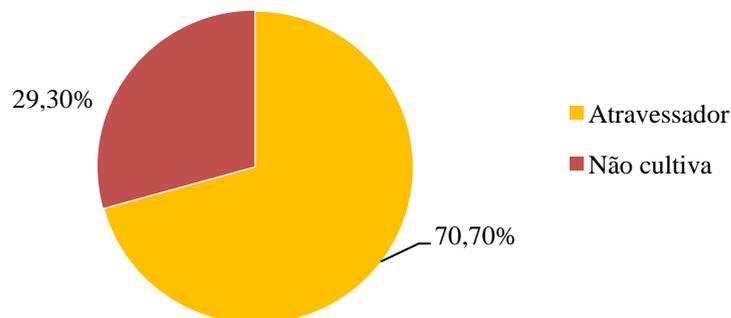
Figura 17- “Curador” de fumo no Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2016).

No entanto, esse processo não se dá de forma igual para todos os camponeses, aqueles que produzem em menor escala, por exemplo, não submete o produto a todo esse processo, vende também para os atravessadores que passam na porta à procura do produto, como afirma o camponês 1: “O fumo como é pouquinho e num é nada, eu num vou pagar para enrolar uma bola de fumo, eu trago e o caba pesa ai mermo”. Ponderou o camponês 3: “o fumo a gente esse ano é distalando, ajuntando e o povo já vai pegando no móio, pra ver o que sobra, por que esse ano não vai sobrar quase nada”. Fazendo alusão ao ano de escassez de chuvas. O camponês 5 relata: “Aqui mesmo é difícil levar pra feira, os comprador já ficam doido para comprar e esse ano, não deu não [...] foi pouca chuva”. No referido povoado, a comercialização do fumo, em especial se dá principalmente a partir dos atravessadores, conforme indica o gráfico a seguir.

Gráfico 17 - Comercialização do fumo do povoado Serrote Grande, Craíbas/AL



Fonte: A autora (2016).

Dessa forma, compreende-se que o capital é responsável por impor regras na comercialização dos produtos frente o mercado consumidor. Para Wanderley (1995, p. 67): “A produção assumida pelo pequeno produtor é rentável, só que não o é para ele próprio. O

lucro que gera é apropriado pelos integrantes da rede de comercialização, proporcionalmente à capacidade de concentrar a produção dispersa das unidades familiares e de manipular sua oferta nos centros urbanos de consumo”.

Muito embora se fale no campesinato em excedente, este não se dá em casos de extrema abundância. Todavia, o trabalhador camponês planta para consumir, o que ocorre é que após a colheita, há produtos que o mesmo não consegue armazenar nas unidades familiares, tendo em vista que não há meios adequados, bem como em relação à vitalidade da produção, conforme pode ser visto a partir da figura 18.

Figura 18 - Armazenamento de feijão pelos camponeses do Povoado Serrote Grande



Fonte: A autora (2016).

Para tanto,

A venda do “mais-do-que-o-gasto”, ou seja, da parcela que se deterioraria antes de seu consumo efetivo, como a compra de alimentos para o consumo da família, permite de fato ajustar o ciclo de produção agrícola, reduzido frequentemente a uma colheita anual, ao ciclo de consumo, bem mais constante ao longo do ano. (GARCIA JUNIOR; HEREDIA, 2009, p. 235).

Nesse sentido, o camponês vende o que supostamente não irá consumir em razão das circunstâncias ao qual está imerso. Logo, para Garcia Junior e Heredia (2009, p. 235): “O “excedente” temporário, que arriscaria ser perdido por completo, nada tem de “excedente sobre o consumo” quando o raciocínio inclui a totalidade do ciclo anual”. Portanto, se relacionarmos a produção camponesa realizada em um ciclo agrícola levando em consideração o período anual, não há sobra, ou excedente nesta, tendo em vista que o camponês continua a suprir as demandas da família através da compra no mercado, dos produtos que não produz na UP (Unidade de Produção Camponesa), como também daqueles que já encontram-se em falta nas unidades de produção camponesa.

Nesse contexto, destaca-se que no povoado Serrote Grande *lôcus* da pesquisa, em poucos casos foram notados que o excedente da produção para autoconsumo era comercializado, este permanecia na unidade produtiva para que os membros da família, filhos e suas esposas também pudessem compartilhar daqueles alimentos.

No campesinato a subordinação do camponês ocorre de muitas formas, a partir de diversas situações. Essa subordinação acontece quando o camponês vende sua força de trabalho, quando submete a venda sua produção por um preço abaixo do mercado, quando paga renda para ter acesso a terra, entre tantas outras maneiras. Assim, conforme Santos (1978, p. 51) “[...] a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês, incorporada

ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser incorporada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração”.

A renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E na segunda, pelo capital comercial. (BOMBARDI, 2004, p. 253).

O campesinato é, nesse sentido, um segmento diverso que permite diversas formas de produção e reprodução, apresentando-se como um modo de vida de caráter não capitalista, mas que possui relações capitalistas intrínsecas na sua gênese.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campesinato apresentou-se como o modo de vida e produção no Povoado Serrote Grande, no município de Craíbas, localizado no interior de Alagoas. Desse modo, este artigo pretendeu caracterizar o Serrote Grande como uma comunidade campesina, explorando a produção do espaço rural, assim como o modo de vida dos camponeses residentes e a sua produção, a renda e a comercialização dos produtos considerando a dinâmica que envolve as relações de produção nas unidades produtivas. O trabalho familiar foi marcado como força motriz, no povoado estudado, garantindo a legitimidade do campesinato vivenciado, sendo a contratação de trabalhadores temporários e diaristas consideradas mão de obra complementar.

Para dar conta do cumprimento dos objetivos propostos fez-se necessário utilizar-se de referenciais bibliográficos, pesquisa de campo, a partir da aplicação de questionários e entrevistas aos camponeses residentes no Povoado, e também visitas técnicas constantes, sendo possível desse modo cumprir com êxito as propostas deste trabalho.

A discussão posta neste artigo possui grande importância tanto no meio acadêmico, bem como no social por apresentar o modo pelo qual vivem os camponeses, a forma como se organizam em relação ao trabalho no campo, no que tange a produção e comercialização dos produtos cultivados por eles. Além de que a discussão e socialização de temáticas voltadas à cultura camponesa corroboram para que esta seja mais valorizada. Portanto, reafirma-se a importância de explorar o campesinato, respeitando sua cultura de resistência e luta, considerando este um segmento tradicional e de forte enfrentamento político.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas, SP: Hucitec, 1998.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. *In*: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Aparecida; MARIN, Rosa Azevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. v.1.: construções identitárias e sociabilidades: São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 39-58.

CÂNDIDO, Antonio. As formas de solidariedade (1964). *In*: WELCH, Clifford Andrew *et.al.*

(org). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 26 out. 2018.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl. HEREDIA, Beatriz Alásia. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. *In*: GODOI, Emília Pietrafesa. MENEZES, Aparecida. MARIN, Rosa Azevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. v.2. :estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento rural, 2009. p. 213-243.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PLOEG, Jan Douwe Vander. **O modo de produção camponês revisitado**. Disponível em: http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_mododeprod.pdf. Acesso em 28 abr. 2017.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. Uma categoria rural esquecida (1963). *In*: WELCH, Clifford Andrew *et.al.* (org). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 57-72.

ROSA, Wagner José. O campesinato como modo de vida. **Revista Trilhas da História**. Três lagoas, v. 1, n. 2, jan-jun. 2012. p. 98-107.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A Reprodução subordinada do Campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.109 – 117, 1981.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Arlete Mendes da; INÁCIO, Jaqueline Barros. Modo de vida camponês na contemporaneidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr 1985.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1990.

WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Campesinato (1990). *In*: WELCH, Clifford

Andrew *et.al.* (org). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 217-238.